





CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SINCOVAGA – SEC REGISTRO 2021/2022

De um lado como representante da categoria profissional, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE REGISTRO, - CNPJ n.º 57.741.860/0001-01 e Carta Sindical - Processo n.º 24000.002008/92 com sede na Rua Esmeralda, 35, Centro, Registro – SP – CEP – 11900-000 com Assembleia Geral realizada no dia 24 de julho de 2021, neste ato representado por sua Presidente Sra. ROSEMEIRE LARA DOS SANTOS, portadora do CPF/MF nº 097.855.618/60, neste ato assistida por sua advogada, **Dra. Fernanda Florêncio**, inscrita na OAB/SP sob o nº167.529 e a **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO** PAULO - FECOMERCIÁRIOS, neste atorepresentada por seu Presidente, Sr. LUIZ CARLOS MOTTA, portador do CPF/MF nº 030.355.218-24, neste ato assistido por sua advogada, Dra. Maria de Fátima Moreira Silva Rueda, inscrita na OAB/SP sob o nº 292.438e no CPF/MF sob o nº 084.421.378-07, tendo realizado Assembleia Geral no dia 24/07/2021 como representantes da categoria laboral comerciária, de um lado, e de outro, o SINCOVAGA - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE MERCADOS, ARMAZENS, MERCEARIAS, EMPORIOS, MERCADINHOS, QUITANDAS, FRUTARIAS, LATICINIOS, MINIMERCADOS, SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, ADEGAS, TABACARIAS, DOCEIRAS, LOJAS DE BEBIDAS, DE RAÇÃO ANIMAL, DE PRODUTOS NATURAIS, DIETÉTICOS, CONGELADOS E DELICATASSEM, E DE CONVENIÊNCIA, DO ESTADO DE SÃO PAULO entidade sindical do primeiro grau, com base no município de São Paulo, sede à Rua 24 de Maio, nº 35, 13º Andar, Conjuntos 1312/1315, CEP 01041-001, São Paulo, SP, neste ato representado pelo seu Presidente, Alvaro Luiz Bruzadin Furtado, CPF nº 045.467.768-53 e assistido por seu advogado, Maurício Dias de Andrade Furtado, OAB/SP 220.947 e CPF 219.117.788-38 conforme anexa procuração, devidamente autorizado pelas assemblei geral extraordinária realizada no sindicato patronal na Rua 24 de Maio, 35, 16º Andar, CEP 01041-003, na data de **04/08/2021** que aprovaram as reivindicações e concederam poderes para negociação, celebram CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - (art. 611 e sequintes da CLT), (sempre considerando a atividade preponderante) -, aplicável às empresas do comércio varejista de gêneros alimentícios, (2°Grupo – Comércio Varejista – Plano CNC – Artigo 577 CLT)", compreendendo, na Divisão 47 do CNAE – "Comércio Varejista", os subgrupos e classes que se seguem: 47.2. "Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo"; 47.23-7 "Comércio varejista de bebidas"; 47.21.1 – "Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes"; 4721-1/04 "Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes"; 4724-5/00 "Comércio varejista de hortifrutigranjeiros" 4721-1/03 "Comércio varejista de laticínios e frios" (leite e derivados, como manteiga, creme de leite, iogurtes e coalhadas, frios e carnes conservadas, conservas de frutas, legumes, verduras e similares); 4711-3/01 "Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados"; 4721-1/00 "Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns; 4711-3/02 "Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados"- Área de venda de 300 a 5000 metros quadrados"; 4729-6/02 – "Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência", comércio varejista em lojas especializadas de produtos alimentícios em geral, não antes especificados, como: produtos naturais e dietéticos, comidas congeladas, mel, café moído, sorvetes -, embalados em pote e similares, lojas de delicatessen". 4789-0/04 – "comércio varejista de ração e outros produtos alimentícios para animais de estimação", para os municípios REGISTRO, BARRA DO TURVO, CAJATI, CANANÉIA, ELDORADO, IGUAPE, ILHA COMPRIDA, ITARIRI, JACUPIRANGA, JUQUIÁ, MIRACATU, PARIQUERA AÇU, PEDRO DE TOLEDO, PERUÍBE, e,SETE BARRAS em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1 – DO REGISTRO DO COMERCIÁRIO EM CTPS – De acordo com a Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 a empresa deverá anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social, dos atuais e dos novos contratos, o cargo como "Comerciário" e, a função efetivamente exercida pelo Empregado comerciário será consignada nas folhas para "Anotações Gerais" sendo vedada anotação de denominações genéricas, tais como: "auxiliar geral", "serviços gerais", ou ainda, "atribuições correlatas", sendo permitida a exigência do desempenho das atividades inerentes à







função exercida, inclusive manutenção e limpeza do setor de trabalho.

- **2- REAJUSTE SALARIAL** Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos serão reajustados a partir de 1º de outubro de 2021, a título de recomposição salarial, mediante aplicação do índice de 10,78% (dez vírgula setenta e oito por cento), incidente sobre os salários já reajustados conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021, observada a cláusula nominada "REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS DE 01/10/2020 ATÉ 30/09/2021".
- I As empresas terão a faculdade de parcelar o pagamento do disposto no caput e nas cláusulas "REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS DE 01/10/2020 ATÉ 30/09/2021", "SALÁRIO DE ADMISSÃO "e "DO REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS DE EMPRESAS COM ATÉ 20 EMPREGADOS", desde de que cumpram as seguintes regras:
- II Requeiram ao SINCOVAGA <u>www.sincovaga.com.br/parcelamento</u> até o dia 10 de dezembro de 2021, autorização para o pagamento em duas parcelas, a saber:
- a- Em 1º de outubro de 2021, como adiantamento, 5,78% (cinco virgula setenta e oito por cento);
- b- Em 1º de janeiro de 2022, 10,78% (dez virgula setenta e oito por cento), compensado o adiantamento;
- c- As diferenças salarias do período de outubro a dezembro de 2021, aqui inclusos os reflexos em férias+1/3 e 13º salário, serão pagas em duas parcelas iguais, juntamente com os salários de competência de janeiro e fevereiro de 2022.
- III Para ter e receber a autorização para o parcelamento, as empresas interessadas se obrigam a:
- a Informar os dados da razão social por unidade loja, com o respectivo CNPJ, com a indicação do número de comerciários na unidade;
- **b** Comprovar junto ao SINCOVAGA, o recolhimento da contribuição negocial 2021/2022, cláusula 20; e, também, comprovar o cumprimento da cláusula que trata dos descontos da contribuição assistencial dos empregados cláusula 19, mediante apresentação da última guia de recolhimento (em caso de negativa, comprovar o não recolhimento mediante encaminhamento de oposições recebidas pelo sindicato laboral).
- IV Satisfeitas as condições dos itens II e III, a empresa, através de e-mail, receberá do SINCOVAGA, com cópia ao Sindicato dos Comerciários de Registro e Região Termo de Autorização para Parcelamento, que poderá ser revogado mediante manifestação do sindicato laboral, se apontadas inconsistência ou irregularidade nas informações prestadas previstas no item III, b, pela empresa interessada;
- **V** Em 11 de dezembro de 2021 o SINCOVAGA encaminhará ao Sindicato dos Comerciários de Registro e Região relação das empresas que tiverem recebido o Termo de Autorização para Parcelamento;
- **VI** O eventual pagamento de salários, sem a posse do Termo de Autorização para Parcelamento, implica para a empresa em confissão, para todos os efeitos legais, da obrigação de pagamento imediato de uma só vez das diferenças, além da aplicação de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por empregado prejudicado, multa essa que reverterá a favor dele-
- **Parágrafo 4º** O disposto no inciso I e II desta cláusula, não se aplica as rescisões ocorridas a partir 01.10.2021, aqui compreendidas as rescisões cuja integração do aviso prévio ultrapasse este período de forma trabalhada ou mesmo indenizada. As empresas portadoras do "Termo de autorização para Parcelamento" deverão proceder ao pagamento de eventuais diferenças salariais a que se refere o *caput em uma única parcela no próprio TRCT, observada a integração na base de cálculos das verbas rescisórias.* Na hipótese das rescisões já efetivadas as empresas se obrigam a comunicar ao ex-empregado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da







assinatura deste instrumento coletivo, para que compareçam/recebam, em uma única parcela, as diferenças rescisórias.

Parágrafo 5º - Considerando o disposto no item I desta Cláusula, os <u>pisos salariais de admissão</u> <u>para empresas optantes pelo parcelamento, satisfeitas as condições do item II e III – A e B,</u> observarão os prazos e valores constantes na tabela:

CLÁUSULA NOMINAL	PISO DE ADMISSÃO NO PERÍODO DE 01.10.21 ATÉ 31.12.2021	PISO DE ADMISSÃO NO PERÍODO DE 01.01.2022 ATÉ 30.09.2022
SALÁRIO DE ADMISSÃO	Comerciário – R\$ 1.630,00 Comerciário - Operador de Caixa – R\$1.751,00 Comerciário -Faxineiro e copeiro:R\$1.436,00 Comerciário Office boy e empacotador: R\$1.194,00	Comerciário - R\$ 1.708,00 Comerciário - Operador de Caixa: R\$ 1.833,00 Comerciário - Faxineiro e copeiro: R\$ 1.504,00 Comerciário Office boy e empacotador:R\$1.250,00
DO REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS DE EMPRESAS COM ATÉ 20 EMPREGADOS	I – EMPRESAS COM ATÉ 5 EMPREGADOS Comerciário – R\$ 1.489,00 Comerciário - Operador de Caixa:R\$1.628,00 Comerciário -Faxineiro e copeiro: R\$1.332,00 Comerciário Office boy e empacotador:R\$1.178,00	I – EMPRESAS COM ATÉ 5 EMPREGADOS Comerciário - R\$ 1.560,00 Comerciário - Operador de Caixa: R\$ 1.698,00 Comerciário - Faxineiro e copeiro: R\$ 1.396,00 Comerciário Office boy e empacotador: R\$ 1.234,00
	II – EMPRESAS COM 6 ATÉ 20 EMPREGADOS Comerciário – R\$1.558,00 Comerciário - Operador de Caixa: R\$1.670,00 Comerciário - Faxineiro e copeiro: R\$1.369,00 Comerciário Office boy e empacotador:R\$1.178,00	II – EMPRESAS COM 6 ATÉ 20 EMPREGADOS Comerciário - R\$ 1.632,00 Comerciário - Operador de Caixa: R\$ 1.749,00 Comerciário - Faxineiro e copeiro: R\$ 1.433,00 Comerciário Office boy e empacotador: R\$ 1.234,00

Observação: As empresas optantes pelo parcelamento, deverão cumprir a disposição da tabela acima nos contratos de admissão bem como observar o pagamento do abono previsto no item II alínea "c" desta clausula nos prazos ali previstos.

Parágrafo 6º - Eventuais diferenças salariais relativas aos meses de outubro/2021, em razão da data da assinatura desta Convenção ter se efetivado posteriormente à data-base, deverão ser complementadas, junto com o pagamento do salário do mês de competência de novembro de 2021. Isso se aplica as empresas que optaram pelo parcelamento, que devem observar o reajuste da alínea "a" do item II da presente cláusula, como, também as empresas que não optarem pelo parcelamento, que no caso se utilizarão do índice do INPC de 10,78% (dez virgula setenta e oito por cento).

3 - REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS DE 01/10/2020 ATÉ 30/09/2021: O reajuste salarial será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão para os empregados que recebam o valor superior ao previsto nas cláusulas "SALÁRIO DE ADMISSÃO", "DO REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS DE EMPRESAS COM ATÉ 20 EMPREGADOS", conforme tabelas abaixo:

TABELA I

	1° OUT/21
MULTIPLICAR O SALÁRIO DE ADMISSÃO	POR:
ADMITIDOS ATÉ 15.10.20	1,1078
DE 16.10.20 A 15.11.20	1,0984
DE 16.11.20 A 15.12.20	1,0891
DE 16.12.20 A 15.01.21	1,0798
DE 16.01.21 A 15.02.21	1,0706
DE 16.02.21 A 15.03.21	1,0615







DE 16.03.21 A 15.04.21	1,0525
DE 16.04.21 A 15.05.21	1,0436
DE 16.05.21 A 15.06.21	1,0347
DE 16.06.21 A 15.07.21	1,0259
DE 16.07.21 A 15.08.21	1,0172
DE 16.08.21 A 15.09.21	1,0086
A PARTIR DE 16.09.21	1,0000

TABELA II – DA OPÇÃO DE PARCELAMENTO

	1°	1° JAN/22
	OUT/21	
MULTIPLICAR O SALÁRIO DE	POR:	POR:
ADMISSÃO		
ADMITIDOS ATÉ 15.10.20	1,0578	1,1078
DE 16.10.20 A 15.11.20	1,0529	1,0984
DE 16.11.20 A 15.12.20	1,0479	1,0891
DE 16.12.20 A 15.01.21	1,0430	1,0798
DE 16.01.21 A 15.02.21	1,0382	1,0706
DE 16.02.21 A 15.03.21	1,0333	1,0615
DE 16.03.21 A 15.04.21	1,0285	1,0525
DE 16.04.21 A 15.05.21	1,0237	1,0436
DE 16.05.21 A 15.06.21	1,0189	1,0347
DE 16.06.21 A 15.07.21	1,0141	1,0259
DE 16.07.21 A 15.08.21	1,0094	1,0172
DE 16.08.21 A 15.09.21	1,0047	1,0086
A PARTIR DE 16.09.21	1,0000	1,0000

Parágrafo 1º - Somente aplicam-se os valores previstos na tabela II, se observadas as obrigações e direitos previstos às empresas que optarem pelo parcelamento, ressaltando para estes casos que a aplicação da tabela II se encerrará em 31.12.2021 e que posteriormente deverão ser aplicado os reajustes da TABELA II inclusive para o pagamento das diferenças salariais.

Parágrafo 2º - O salário reajustado não poderá ser inferior ao piso salarial da função, conforme previsto nas cláusulas SALÁRIOS DE ADMISSÃO, DO REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS PARA MEI's, ME's e EPP's e GARANTIA DO COMISSIONISTA.

- **4 COMPENSAÇÃO:** Fica autorizada a compensação de quaisquer valores que tenham sido antecipados no período entre 01/10/20 a 30/09/2021 até a data da assinatura da presente norma coletiva, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.
- **5 PISO SALARIAL:** Ficam estipulados para os empregados da categoria profissional, a viger a partir de 01/10/2021, desde que cumprida integralmente, ou compensada, a jornada legal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3º e 4º da Lei nº 12.790/13, o piso salarial de **R\$ 1.708,00** (um mil e setecentos e oito reais).

Parágrafo Único: Em consonância com o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal ficam estabelecidos os seguintes valores com base no piso do comerciário para as funções de:

a) comerciário Operador de Caixa......R\$ 1.833,00 (um mil e oitocentos e trinta e três reais);







- b) comerciário faxineiro e copeiro............R\$ 1.504,00 (um mil e quinhentos e quatro reais);
- c) comerciário Office boy e empacotadorR\$ 1.251,00 (um mil e duzentos e cinquenta e um reais).
- 6 GARANTIA SALARIAL MINIMA PARA O COMERCIÁRIO COMISSIONISTA: Aos empregados remunerados exclusivamente à base de comissões percentuais pré-ajustadas sobre as vendas (comissionistas puros), fica assegurada a garantia de remuneração mínima de R\$ 2.013,00 (dois mil e treze reais).) nela já incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da garantia e se cumprida integralmente a jornada legal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) semanais, conforme artigo 3º da Lei 12.790/2013.

Parágrafo Primeiro – À garantia de remuneração mínima não serão incorporados abonos ou antecipações decorrentes de eventual legislação superveniente.

Parágrafo Segundo – O comerciário comissionista fica isento de qualquer reponsabilidade pelo inadimplemento nas vendas a prazo, não podendo perder as comissões ou ser efetuado o estorno das mesmas, desde que as referidas vendas tenham sido efetuadas no estrito cumprimento das normas da empresa.

Parágrafo Terceiro – Fica ainda, proibido, a empresa proceder ao desconto proporcional ou integral dos custos e taxas, decorrentes das vendas em cartão de débito ou crédito, praticado pelas instituições financeiras.

Parágrafo quarto – Aprovado o crédito e concretizada a venda, a empresa não poderá deduzir as comissões pagas ou devidas a seus empregados comerciários, quando ocorrerem casos de devolução ou retiradas de mercadorias, por falta de pagamento, uma vez que a liberação do crédito é de inteira responsabilidade da empresa.

- 7- DO REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS PARA MEI's, ME's e EPP's: Tendo como objetivo dar tratamento diferenciado e favorecido às empresas de menor porte (MEI's Microempreendedores Individuais, ME's Micro Empresas e EPP's Empresas de Pequeno Porte, definidas como tal nas respectivas legislações de regência), tendo como parâmetro o número de empregados que nelas usualmente se ativam, fica definido o REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS, cuja prática fica sujeita às seguintes regras:
- a) Requerimento da empresa ao SINCOVAGA <u>www.sincovaga.com.br</u> <u>REGIME ESPECIAL</u> <u>DE SALÁRIOS MEI's. ME's e EPP's</u>, acompanhado da última guia do CAGED;
- b) Compromisso e comprovação do integral cumprimento desta Convenção;
- c) Emissão e entrega à empresa, conjuntamente assinada pelas entidades sindicais convenentes de CERTIDÃO DE ADESÃO, que autoriza, na vigência desta convenção, à prática, desde que cumprida integralmente a jornada legal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, dos seguintes salários normativos:
- I MEI's, ME'S e EMPRESAS COM ATÉ 5 (CINCO) EMPREGADOS:
- a) **Comerciário**......R\$ 1.560,00 (um mil e quinhentos e sessenta reais);
- b) Comerciário operador de caixa......R\$ 1.699,00 (um mil e seiscentos e noventa e nove);
- c) Comerciário faxineiro e copeiro............R\$ 1.396,00 (um mil e trezentos e noventa e seis reais);
- d) Comerciário Office boy e empacotador....R\$ 1.234,00 (um mil e duzentos e trinta e quatro reais);







- e) **garantia do comissionista.....**R\$ 1.825,00 (um mil e oitocentos e vinte e cinco reais).
- II ME'S, EPP'S E EMPRESAS QUE MANTEM ENTRE 6 (SEIS) E ATÉ 20 (VINTE) EMPREGADOS.
- a) **comerciário**......R\$ 1.631,00 (um mil e seiscentos e trinta e um reais);
- b) **comerciário operador de caixa**......R\$ 1.749,00 (um mil e setencentos e quarenta e nove reais);
- c) **comerciário faxineiro e copeiro......**R\$ 1.433,00 (um mil e quatrocentos e trinta e três reais);
- d) **comerciário Office boy e empacotador**.....R\$ 1.234,00 (um mil e duzentos e trinta e qautro reais);
- e) **garantia do comissionista.....**R\$ 1.917,00 (um mil e novecentos e dezessete reais).

Parágrafo Primeiro – Cumprido o disposto nas letras "a", "b", e, "c" do caput, as empresas receberão em até 03 (três) dias úteis, sem qualquer custo, assinado em conjunto pelas entidades sindicais convenentes, **CERTIDÃO DE ADESÃO** com validade coincidente com a da presente norma, garantindo a prática dos salários normativos especificados. Em caso de irregularidade, a empresa deverá ser comunicada pelo sindicato laboral para regularização de sua situação junto à entidade patronal.

Parágrafo Segundo – O **SINCOVAGA** encaminhará, mensalmente, à entidade laboral, para fins estatísticos e de verificação em atos de assistência a rescisão, relação das empresas que receberam a **CERTIDÃO DE ADESÃO**.

Parágrafo Terceiro – A contratação de empregados de forma irregular (sem a detenção da **CERTIDÃO DE ADESÃO)** sujeitará a empresa infratora ao pagamento de diferenças salariais entre o valor praticado e o fixado na cláusula 7, sendo-lhe ainda imposta multa de R\$ 1.028,00 (mil e vinte e oito reais) por empregado, que reverterá a favor do prejudicado (empregado).

Parágrafo Quarto – Para efeito desta cláusula considera-se o total de empregados na empresa no dia 30 de outubro de 2021.

Parágrafo Quinto - Em atos de assistência ao termo de rescisão do contrato de trabalho e comprovação perante a Justiça Federal do Trabalho do direito ao pagamento dos salários de admissão previstos nesta cláusula, a prova do empregador se fará através da apresentação da **CERTIDÃO DE ADESÃO**.

Parágrafo Sétimo – Nos atos de assistência ao termo de rescisão do contrato de trabalho, eventuais diferenças de salários normativos diferenciados (itens I e II desta cláusula) quando apuradas serão consignadas como ressalva no Termo Rescisório.

8– INDENIZAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA: O empregado que exercer a função de operador de caixa terá direito, a partir de 1º de outubro de 2021 à indenização por quebra de caixa mensal, no valor de:

Parágrafo 1º - A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do







respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.

Parágrafo 2º - As empresas que não descontam de seus empregados as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento da indenização por quebra de caixa prevista no *caput* desta cláusula.

- **9 REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA PURO:** O acréscimo salarial das horas extras, em se tratando de comissionista puro, será calculado tomando-se por base o valor das comissões auferidas no mês (I) ou adotando-se, como referência, o valor da garantia mínima do comissionista (II), o que for maior, obedecidas as seguintes regras:
- I Quando o valor das comissões auferidas no mês for superior ao valor da garantia mínima do comissionista:
- a) apura-se o montante total das comissões auferidas no mês:
- b) divide-se o montante total das comissões auferidas no mês pelo número correspondente à soma das 220 horas normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês. O resultado equivalerá à média horária das comissões;
- c) multiplicar o valor apurado na alínea "b" por 1,60, conforme percentual previsto na cláusula 16. O resultado é o valor do acréscimo;
- d) multiplicar o valor apurado na alínea "c" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras.
- II Quando o valor das comissões auferidas no mês for inferior ao valor da garantia mínima do comissionista:
- a) divide-se o valor da garantia mínima por 220, obtendo-se a média horária;
- b) multiplica-se o valor apurado na alínea "a" por 1,60, conforme percentual previsto na cláusula 16. O resultado é o valor da hora extraordinária;
- c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras.
- **10 REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA MISTO:** O acréscimo salarial das horas extras, em se tratando de comissionista misto, equivalerá à soma dos resultados obtidos nos incisos I e II, que serão calculados da seguinte forma:

I – Cálculo da parte fixa do salário:

- a) divide-se o valor correspondente à parte fixa do salário por 220, obtendo-se a média horária;
- b) multiplica-se o valor apurado na alínea "a" por 1,60, conforme percentual previsto na cláusula 16. O resultado é o valor da hora extraordinária:
- c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" pelo número de horas laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras da parte fixa do salário.

II - Cálculo da parte variável do salário:

- a) apura-se o montante total das comissões auferidas no mês;
- b) divide-se o montante total das comissões auferidas no mês pelo número correspondente à soma das 220 horas normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês. O resultado







equivalerá à média horária das comissões;

- c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" por 1,60, conforme percentual previsto na cláusula 16. O resultado é o valor do acréscimo;
- d) multiplica-se o valor apurado na alínea "c" pelo número de horas laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras da parte variável do salário.
- **11 REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS:** A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 (vinte e cinco) e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados a que fizerem jus, atendido o disposto no art. 6º, da Lei n.º 605/49.
- 12 VERBAS REMUNERATÓRIAS E INDENIZATÓRIAS DOS COMISSIONISTAS: O cálculo da remuneração das férias, do aviso prévio, do afastamento dos 15 (quinze) primeiros dias por motivo de doença ou acidente de trabalho e do 13º salário dos comissionistas, inclusive na rescisão contratual, terá como base a média das remunerações dos 6 (seis) últimos meses anteriores ao mês de pagamento.
- **13 CARGOS DE CONFIANÇA (art. 62 II)** Os empregados contratados para cargo de confiança não terão sua jornada de trabalho controlada por registro de ponto, cabendo-lhes gerir sua própria jornada.
- **Parágrafo 1º -** Para a caracterização do cargo de confiança, independentemente da quantidade de atos de gestão praticados, é necessário que o empregado, além de gratificação de função, exerça hierarquia superior a um grupo de empregados ou, ainda que não tenha subordinados, tenha delegação para decisões estratégicas, seja de natureza administrativa, operacional e comercial.
- **Parágrafo 2º -** Os ocupantes de cargos de confiança possuem a liberdade de ajustar diretamente com seus gestores imediatos os horários de entrada e saída da empresa, bem como o agendamento de eventuais folgas, de forma que as demandas da empresa e as necessidades pessoais do empregado sejam harmonicamente atendidas.
- **14 JORNADA NORMAL DE TRABALHO:** Atendido ao disposto no artigo 3° da Lei n° 12.790/2013 e ao inciso V do artigo 7°, da Constituição Federal, a jornada normal do empregado comerciário não poderá ser superior a 44 (quarenta e quatro horas) semanais permitida a sua distribuição durante a semana, respeitando o Repouso Semanal Remunerado, que não poderá ser concedido após o sétimo dia consecutivo de trabalho, respeitado o limite mínimo de 6 (seis) horas diárias e 36 (trinta e seis) horas semanais.
- 15 AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OUTROS TIPOS DE JORNADA: A contratação de outros tipos de jornada, a saber, JORNADA PARCIAL, JORNADA REDUZIDA, JORNADA ESPECIAL 12X36 e SEMANA ESPANHOLA dependerá, exclusivamente, de autorização das entidades convenentes, sob a modalidade de cláusula adesiva, sob pena de nulidade.

Parágrafo único - As empresas interessadas na adoção de qualquer das modalidades deverão obter CERTIDÃO específica que autorizará, após verificação do cumprimento integral da CCT pelo SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE REGISTRO, a prática da jornada. A solicitação deverá ser dirigida ao SINCOVAGA em www.sincovaga.com.br.

16 – INCENTIVO EMPRESARIAL À PARTICIPAÇÃO SINDICAL: Como estímulo ao envolvimento e participação dos representados do sindicato empresarial na vida sindical e nos temas que permeiam as negociações entre a categoria empresarial ea laboral, fica estabelecido:

Parágrafo único – As empresas que pagarem exclusivamente a contribuição patronal terão redução de 50% (cinquenta por cento) no ressarcimento da remuneração devida ao seu sindicato







pela prestação de serviços decorrentes das cláusulas adesivas que cuidam de: **JORNADA PARCIAL**, **JORNADA REDUZIDA**, **JORNADA ESPECIAL 12X36 e SEMANA ESPANHOLA**

- **17 NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO:** As garantias previstas nas cláusulas 6ª, 7ª e 8ª não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salários fixos ou parte fixa dos salários, não estando sujeitas aos reajustes previstos nas cláusulas 2ª e 3ª.
- **18 REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS:** As horas extras diárias serão remuneradas com o aadicional legal de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.
- **19 COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO:** A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos aos preceitos legais, é permitida às empresas, atendidas as seguintes regras:
- **a)** manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo;
- **b)** na forma do disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 59 da CLT, não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, limitadas a duas horas por dia, desde que compensadas dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do trabalho extraordinário.
- **c)** as horas extras trabalhadas, além do previsto acima, ficarão sujeitas à incidência do adicional legal de 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal;
- d) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22h00min (vinte e duas) horas, obedecido, porém, o disposto no inciso I do art. 413 da CLT:
- **e)** cumpridos os dispositivos desta cláusula, as entidades signatárias da presente Convenção se obrigam, quando solicitadas, a dar assistência sem ônus para as partes, inclusive em pendências decorrentes da aplicação do regime de compensação, salvo o da publicação de editais,
- acordos que venham a ser celebrados entre empregados e empregadores, integrantes das respectivas categorias, na correspondente base territorial.
- **f)** para o controle das horas extras e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fazer constar do recibo de pagamento o montante das horas extras laboradas no mês, as horas extras compensadas e o saldo eventualmente existente para compensação.
- **g)** na rescisão contratual por iniciativa do empregador, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas;
- **Parágrafo 1º** A ausência de acordo individual ou plúrimo, o descumprimento habitual do limite diário de horas trabalhadas e a falta de anotação no recibo de pagamento previstos respectivamente nas alíneas "a", "b" e "f" desta cláusula, implicará na suspensão do direito à compensação de horas;
- **Parágrafo 2º** A suspenso do direito à compensação previsto no parágrafo 2º obrigará os sindicatos convenentes em conjunto, à convocação da empresa objetivando a regularização da situação, sob pena da proibição da utilização do sistema de compensação até final da vigência, sem prejuízo das demais penalidades legais e convencionais.
- **20 CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS -** As empresas descontarão de seus empregados comerciários, beneficiários da presente norma coletiva, integrantes da categoria profissional, a título de contribuição assistencial, o percentual de **1,5%** (um vírgula cinco por cento) de sua remuneração mensal, limitado ao teto de R\$ 70,00 (setenta reais) por empregado, na







forma da legislação vigente e jurisprudência que regem a matéria, conforme decidido na assembleia do sindicato da categoria profissional que aprovou a pauta de reivindicações e autorizou a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho.

- Parágrafo 1º O desconto previsto nesta cláusula atende às determinações estabelecidas nos autos da Ação Civil Pública 0104300-10.2006.5.02.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região SP, transitada em julgado, bem como à decisão de REPERCUSSÃO GERAL proferida nos autos DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 730.462 STF, 24/05/2014, segundo a qual a superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal não desconstitui a autoridade da coisa julgada.
- **Parágrafo 2º** A contribuição de que trata esta cláusula será descontada mensalmente, a partir de novembro /2021 devendo ser recolhida, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do desconto, exclusivamente em agência bancária constante da guia respectiva, em modelo padrão estabelecido pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo FECOMERCIÁRIOS, ou ainda, na rede bancária, através de ficha de compensação (boleto), no modelo padrão estabelecido pelo banco conveniado pela FECOMERCIÁRIOS.
- Parágrafo 3º O SINCOMERCIÁRIOS DE REGISTRO se encarregará de encaminhar as guias ou boletos às empresas e/ou as contabilidades.
- **Parágrafo 4º** A contribuição assistencial não poderá ser recolhida diretamente no caixa do sindicato profissional, sob pena de a empresa arcar com o pagamento dobrado do valor devido à FECOMERCIÁRIOS.
- **Parágrafo 5º -** O compartilhamento do total da contribuição será efetuado na proporção de 80% (oitenta por cento) para o sindicato da categoria profissional e 20% (vinte por cento) para a FECOMERCIÁRIOS.
- **Parágrafo 6º -** As empresas, quando notificadas, deverão apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição assistencial, devidamente autenticadas pela agência bancária, juntamente com o livro ou fichas de registro de empregados.
- **Parágrafo 7º -** O valor da contribuição assistencial reverterá em prol dos serviços sociais do **SINCOMERCIÁRIOS DE REGISTRO** e do custeio financeiro do Plano de Expansão Assistencial da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo FECOMERCIÁRIOS.
- **Parágrafo 8º -** Dos empregados admitidos após a data base será descontado idêntico percentual, a partir do mês de sua admissão, com exceção de quem já tenha recolhido a mesma contribuição em outra empresa.
- **Parágrafo 9º -** O recolhimento efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 2º será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias. Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento) correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor principal.
- Parágrafo 10° Fica garantida aos empregados comerciários, beneficiários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, manifestação de oposição ao desconto aqui previsto, que deverá ser feita pessoalmente, de uma única vez, por escrito e de próprio punho, com apresentação de documento com fotografia, em até 15 (quinze) dias antes do pagamento mensal dos salários, na sede ou sub sedes do SINCOMERCIÁRIOS DE REGISTRO, não tendo, ainda, efeito retroativo para devolução dos valores já descontados. A manifestação pessoal do empregado tem a finalidade de informá-lo de todos os benefícios oferecidos pela entidade sindical, bem como para que tome conhecimento do programa de aplicação dos valores arrecadados.
- **Parágrafo 11 -** A manifestação de oposição poderá ser retratada no decorrer da vigência desta norma coletiva.







Parágrafo 12 - O empregado que efetuar oposição ao desconto da contribuição assistencial, na forma prevista nesta cláusula, deverá entregar à empresa, em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data do protocolo, cópia de sua manifestação, para que não se efetuem os descontos convencionados.

Parágrafo 13 - A responsabilidade pela instituição, percentuais de cobrança e abrangência do desconto é inteiramente do *SINCOMERCIÁRIOS DE REGISTRO*, ficando isentas as empresas de quaisquer ônus ou consequências perante seus empregados, estando ainda o presente desconto ao abrigo do disposto no artigo 462 da CLT.

Parágrafo 14 - Ocorrendo disputa judicial em que o objeto da demanda envolva os valores previstos nesta cláusula, a empresa deverá dar ciência expressa da ação, através de comunicado via SEDEX, com AR, ao *SINCOMERCIÁRIOS DE REGISTRO*, acompanhado da comprovação dos descontos e do efetivo recolhimento dos valores reclamados, até o encerramento da instrução processual. Em caso de condenação da empresa na devolução desses valores, o sindicato da categoria profissional beneficiário deverá ressarci-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado da sentença condenatória ou da homologação do acordo judicial, mediante ordem de pagamento identificada, sob pena de pagamento em dobro da importância devida.

Parágrafo 15 - Tendo em vista a natureza jurídica do TAC supramencionado, seu efeito de coisa julgada, e sua anterioridade, não se aplica à hipótese a regra do art. 545 da CLT.

20 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL: Com previsão na alínea "e" do artigo 513 da CLT, e da decisão, com efeito "erga omnes" proferida na ADI 5794, pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da categoria realizada no dia 4 de agosto de 2021, Contribuição Assistencial/Negocial. Em face do entendimento do E. STF sobre os efeitos da autonomia da vontade coletiva, assim, reconhecida a competência da assembleia geral sobre a definição da contribuição, destinada a manutenção, expansão e aprimoramento da assistência prestada à representação, exigível, independentemente de seu porte e regime jurídico-fiscal, de todos e quaisquer membros da categoria econômica, considerada como contraprestação a relevante e fundamental serviço contratado - artigo 594 do Código Civil fica instituída, а favor do SINCOVAGA, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL, nos valores máximos, conforme a aprovada tabela, como seque:

Parágrafo 1º - As empresas contribuintes ficam isentas do pagamento do ressarcimento de despesas da entidade em função dos serviços decorrentes da aplicação das cláusulas 6, 14 e 53

TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL 2022

	VALOR EM R\$
EMPRESAS COM ATE 2 EMPREGADOS	R\$ 250,00
EMPRESAS COM DE 03 A 5 EMPREGADOS	R\$ 525,00
EMPRESAS COM DE 6 ATÉ 10 EMPREGADOS	R\$ 650,00
EMPRESAS COM DE 11 ATÉ 19 EMPREGADOS	R\$ 850,00
EMPRESAS COM DE 20 ATÉ 30 EMPREGADOS	R\$ 1.000,00

Número total de empregados da empresa	Valor da Contribuição
De 01 até 30	R\$ 1.216,00
De 31 até 50	R\$ 1.390,00
De 51 até 100	R\$ 1.854,00
De 101 até 200	R\$ 4.635,00
De 201 até 300	R\$ 6.374,00
De 301 até 400	R\$ 8.112,00
De 401 até 500	R\$ 9.850,00







De 501 até 1000	R\$ 23.180,00
De 1001 até 2000	R\$ 26.075,00
De 2001 até 3000	R\$ 31.300,00
De 3001 até 4000	R\$ 37.700,00

CNAE'S 4711-3/01; 4711-3/02 e 47121-1/00. AUTOSSERVIÇOS-SUPER E HIPERMERCADOS-SACOLÕES E CONGÊNERES

- **Parágrafo 2º** Os recolhimentos, para permitir eventual parcelamento do reajuste, deverão ser efetuados até o dia 15 dezembro de 2021, através de:
- BOLETO BANCÁRIO Será remetida, por via postal, boleto bancário, que poderá ser pago em qualquer instituição financeira participante do Sistema de Compensação;
- Em caso do não recebimento, em tempo hábil, do boleto bancário para pagamento, solicitar 2ª. Via através do tel. 11-3335-1100 ou 2229-6141.
 - Parágrafo 3º O recolhimento efetuado fora dos prazos mencionados no parágrafo 1º será acrescido de multa de 2% (dois por cento) ao mês, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
 - Parágrafo 4º A Contribuição Assistencial/Negocial 2022 para empresas abertas a partir da celebração da norma terá, em até 30 dias da abertura da empresa, o envio à mesma pelo SINCOVAGA de ficha de compensação. Em não havendo o recebimento basta solicitar o envio de 2ª via, conforme previsto na letra "c" do parágrafo 2º.
 - **Parágrafo 4º** A Contribuição Assistencial/Negocial 2021 para empresas abertas a partir da celebração da norma terá, em até 30 dias da abertura da empresa, o envio à mesma pelo SINCOVAGA de ficha de compensação. Em não havendo o recebimento basta solicitar o envio de 2ª via, conforme previsto na letra "c" do parágrafo 2º.
 - **21 COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS:** As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo sua identificação e a do empregado.
 - **22 GARANTIA NA ADMISSÃO** Admitido o comerciário para a função de outro dispensado sem justa causa, salvo se exercendo cargo de confiança, será assegurado àquele salário igual ao do empegado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.
 - **23 SALÁRIO SUBSTITUTO** Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o comerciário substituto fará jus ao salário contratual do substituído.
 - 24 CHEQUES DEVOLVIDOS: É vedado às empresas descontar do empregado as importâncias







correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido os procedimentos e normas pertinentes ou ocorrer à devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

Parágrafo único: A empresa deverá, por ocasião da ativação do empregado em função que demande o recebimento de cheques, dar conhecimento por escrito ao mesmo dos procedimentos e normas pertinentes a que se refere o *caput* desta cláusula.

- **25 PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUES:** Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder de 30 (trinta) minutos.
- **26 ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:** Serão reconhecidos, salvo atendimento emergencial, os atestados e/ou declarações médicos/odontólogos firmados, em ordem preferencial e excludente de validade: 1º da empresa ou convênio por esta mantido: 2º) do sindicato profissional; 3º) do SUS Sistema Único de Saúde; e, 4º) de repartição federal, estadual ou municipal, incumbida de assuntos de assistência médica, higiene ou saúde.
- **Parágrafo 1º -** Os atestados médicos e/ou declarações deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo constar, inclusive, o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), nesse caso, com a concordância do empregado;
- **Parágrafo 2º** A apresentação da declaração/atestado, ensejando o seu reconhecimento, deve obedecer ao prazo limite de 5 (cinco) dias da data de sua emissão, podendo ser enviado por quaisquer meios eletrônicos, sendo necessário que o empregado exiba o original ao retornar ao trabalho.
- **Parágrafo 3º** Em caso de o empregado estar se afastando além do 15º dia, consecutivamente ou não, pelo mesmo motivo fica ele obrigado, sob pena de infração disciplinar, a apresentar imediatamente à empresa o atestado médico, a fim de que ela cumpra as determinações estabelecidas no e-Social.
- **Parágrafo 4º -** Na hipótese do parágrafo anterior a empresa manterá em seu quadro de avisos ou Regulamento Interno, os prazos previstos no e-Social, para ciência dos empregados.
- **27 GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO:** Fica assegurada aos empregados em geral, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, nos termos do art. 188 do Decreto nº 3.048/99 (redação dada pelo Decreto nº 4.729/03), garantia de emprego, como segue:

ESTABILIDADE
2 anos
1 ano
6 meses

- **Parágrafo 1º -** Para a concessão das garantias acima, o empregado deverá apresentar extrato de informações previdenciárias, nos termos do art. 130 do Decreto nº. 6.722/08, que ateste o período faltante para a implementação do direito ao benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação do comprovante pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.
- Parágrafo 2º A concessão prevista nesta cláusula, não se aplica nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão, podendo ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não implementado da







garantia.

- **Parágrafo 3° -** Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado deverá apresentar à empresa o extrato de informações previdenciárias, dentro de 30 (trinta) dias após a data do recebimento do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.
- **Parágrafo 4º -** Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula deverá ser readaptada pelas entidades convenentes.
- **28 ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR:** Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir da data do alistamento compulsório, desde que este seja realizado no período de 1º de janeiro até 30 de junho do ano em que o alistando completar 18 anos, até 30 (trinta) dias após o término do serviço militar ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

Parágrafo único - Estarão excluídos da hipótese prevista no *caput* desta cláusula os refratários, omissos, desertores e facultativos.

29 – GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE: Fica assegurado o emprego à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade, salvo as hipóteses de dispensa por justa causa e pedido de demissão.

Parágrafo único – A garantia prevista nesta cláusula poderá ser substituída por indenização correspondente aos salários ainda não implementados do período de garantia.

- **30 GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA:** Ao empregado afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15 (quinze) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias, não podendo esta estabilidade ser substituída pelo aviso prévio.
- **31 DIA DO COMERCIÁRIO:** Pelo Dia do Comerciário 30 de outubro será concedida ao empregado do comércio que pertencer ao quadro de trabalho da empresa nesse dia, uma indenização correspondente a 1 (um) ou 2 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de outubro de 2021, a ser paga juntamente com esta, conforme proporção abaixo:
- a) até 90 (noventa) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício;
- **b)** de 91 (noventa e um) dias até 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 1 (um) dia;
- **c)** acima de 181 (cento e oitenta e um) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 2 (dois) dias.
- **Parágrafo 1º.** Fica facultado às partes, de comum acordo e mediante opção assinada pelo(a) comerciário(a), converter a gratificação equivalente a 01 (um) dia em descanso, a ser concedido dentro da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, obedecida a proporcionalidade acima.
- **Parágrafo 2º -** A indenização prevista no "caput" deste artigo fica garantida aos empregados comerciários em gozo de férias e às empregadas em gozo de licença maternidade.
- **Parágrafo 3º** Em caso de descumprimento da presente a empresa será penalizada a pagar o benefício em dobro ao empregado prejudicado.
- 32 VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO: Durante o







prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

- **33 NOVO EMPREGO DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**: O empregado dispensado sem justa causa que obtiver novo emprego antes ou durante o prazo do aviso prévio, ficará desobrigado de seu cumprimento, desde que solicite a dispensa e comprove o alegado com antecedência de 48 (quarenta oito) horas, dispensada, nesta hipótese, a remuneração do período não trabalhado.
- **34 FORNECIMENTO DE UNIFORMES:** Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.
- **35 FÉRIAS:** O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com sábados, domingos ou dias já compensados, sendo vedada sua concessão no período de 2 (dois) dias que antecedem aos feriados ou dias de repouso semanal remunerado.
- Parágrafo 2º O pagamento da remuneração correspondente ao período de férias, nos termos do artigo 145 da CLT, será efetuado até 02 (dois) dias antes do respectivo início, oportunidade em que, também, será pago o abono de que trata o inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal.
- **36 COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO:** Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade a não coincidência com o mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido, e comunicação com 60 (sessenta) dias de antecedência.
- **37 ASSISTÊNCIA JURÍDICA:** A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.
- **38 ABONO DE FALTA À MÃE COMERCIÁRIA:** A comerciária que deixar de comparecer ao serviço para atender enfermidade de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos/incapazes, comprovada nos termos da cláusula "ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS", terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente Convenção.
- **Parágrafo 1º** Poderá, também, a mãe comerciária deixar de comparecer ao serviço para participar de reunião escolar 02 vezes ao ano.
- Parágrafo 2º O direito previsto no caput será extensivo ao pai comerciário.
- **39 ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE:** O empregado estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular ou ENEM, este limitado a um por ano, terá suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia às empresas com antecedência de 5 (cinco) dias e com comprovação posterior.
- **40 CONTRATO DE EXPERIÊNCIA:** Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na empresa.
- **41 ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE):** As empresas concederão no decorrer do mês, um adiantamento de salário aos empregados, ressalvada a hipótese do fornecimento concomitante de "vale-compra" ou qualquer outro por elas concedidos, prevalecendo, nesses casos, apenas um deles.
- 42 DEFINIÇÃO DE PRAZO DE FECHAMENTO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA Ficam as







empresas autorizadas a efetivar o fechamento dos controles de frequência dos empregados a partir do 15º dia do mês civil, não se aplicando os prazos previstos no e-Social.

- **43 FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA:** No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.
- **44 AUXÍLIO FUNERAL:** Na ocorrência de falecimento de empregado, as empresas indenizarão o beneficiário com valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do piso salarial do comerciário em geral, previstos na cláusula 4ª, denominada "Piso Salarial", desta Convenção Coletiva de Trabalho, para auxiliar nas despesas com o funeral.

Parágrafo único - As empresas que tenham seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas, ficam dispensadas da concessão do pagamento do benefício previsto no *caput* desta cláusula.

- **45 VALE COMPRA-ASSIDUIDADE:** Fica assegurado mensalmente ao comerciário um vale compra-assiduidade, no percentual de 3% (três por cento) sobre o salário de admissão previsto nas cláusulas 4 e 5 "SALÁRIO DE ADMISSÃO" e do "REGIME ESPECIAL DE SALÁRIOS", limitados aos empregados que recebem salário de até R\$2.500,00 (dois mil e quinhtentos reais), desde que atendidas as seguintes condições:
- A Terá direito ao vale compra-assiduidade o comerciário que não faltar ao trabalho sendo aceitas somente as ausências decorrentes de casamento, falecimentos (conforme previsto em lei e na cláusula 43) e licença paternidade.
- B Não terá direito ao vale compra-assiduidade o comerciário afastado nos termos da lei com auxílio-doença, auxílio acidentário, auxílio maternidade ou em gozo de férias, além das demais previsões desta Convenção.
- C O vale compra-assiduidade somente poderá ser utilizado para aquisição de produtos comercializados na própria empresa.

Parágrafo único – Fica desobrigada da concessão do vale compra-assiduidade a empresa que comprove já conceder a seus empregados qualquer tipo de benefício não previsto nesta Convenção ou na legislação.

- **46 DA PROIBIÇÃO DE CONVERSÃO DO VALE/ADIANTAMENTO:** Fica vedada as empresas a conversão do adiantamento salarial em vale compra da empresa, sob pena, se constatado que o empregado foi induzido ou obrigado pela empresa a aceitar tal conversão, de multa de um salário normativo por empregado prejudicado, revertido a ele.
- **47 DOCUMENTOS RECEBIMENTO PELA EMPRESA** A Carteia de Trabalho e Previdência Social, bem como certidões de nascimento, de casamento e atestados, serão recebidos pela empresa, contra recibo, em nome do empregado comerciário.
- **DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL:** As empresas ficam obrigadas a fornecer refeição e transporte aos empregados que forem chamados para assistência ao termo de rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.
- **MULTA:** Fica estipulada multa no valor de R\$403,00 (quatrocentose e três reais), a partir de 01 de outubro de 2021, por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente instrumento, a favor do empregado.

Parágrafo único - A multa prevista nesta cláusula não será cumulativa com a multa prevista na cláusula "CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS".

- ACORDOS COLETIVOS: As partes convenentes, objetivando o aprimoramento das







relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se, sempre que possível, à negociação e à celebração conjunta, sob pena de ineficácia e invalidade, de termos de compromisso, ajustes de conduta ou acordos coletivos envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integrem a respectiva categoria econômica.

Parágrafo único: As empresas e os Empregados comerciários abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, cujos sindicatos assinam, observado o princípio constitucional da unicidade sindical, reconhecem reciprocamente os respectivos sindicatos, uns aos outros, como únicos e legítimos representantes das respectivas categorias, para entendimentos, assinaturas de acordos ou outros instrumentos legais que envolvam a categoria, sendo que para tanto qualquer tipo de negociação entre empresas e empregados deverá ser realizada sempre com a participação dos sindicatos subscritores desta Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de nulidade.

- **COMUNICAÇÃO PRÉVIA:** A entidade sindical representante da categoria profissional obriga- se, na hipótese de convocação de empresas em razão de denúncias de irregularidades em face da legislação ou de descumprimento desta Convenção, a comunicar, previamente, a entidade sindical representante da categoria econômica para que, no prazo de 5 dias, esta preste assistência e acompanhe suas representadas.
- **52 TERMOS DE ASSISTÊNCIA À RESCISÃO CONTRATUAL** As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão submeter obrigatoriamente as rescisões contratuais ao *SINCOMERCIÁRIOS DE REGISTRO* que, em face da regularidade do pagamento das verbas especificadas, emitirá o <u>Termo de Assistência</u> na Rescisão do Contrato de Trabalho.
- Parágrafo 1º No ato do procedimento previsto no *caput*, as empresas optantes pelo **REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL REPIS -**, previsto na cláusula nominada "**REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL (REPIS)**", desta Convenção, deverão exibir, além do respectivo Certificado de Adesão e demais documentos legais previstos na CLT, declaração de que está sendo cumprida integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho.
- **Parágrafo 2ª -** É direito de qualquer comerciário requerer a assistência ao ato da rescisão contratual perante o Sindicato dos Comerciários de Registro e região.
- **Parágrafo 3º** Fica fixada multa de um piso salarial em favor do empregado, devida pela empresa que deixar de concretizar as assistências de rescisão contratual perante a entidade laboral, devendo ainda a empresa respeitar o parágrafo 6º do Art. 477 da CLT, quanto ao pagamento e prazo para efetivar a homologação perante a entidade.
- **Parágrafo 4º** Qualquer que seja a forma de dissolução contratual, o Termo de Assistência na Rescisão do Contrato de Trabalho terá eficácia liberatória geral tão somente das verbas especificamente consignadas no ato de homologações.
- **Parágrafo 5º** A empresa comunicará ao empregado, por escrito, a data, local e hora da realização do ato de assistência na rescisão do contrato de trabalho.
- **Parágrafo 6º -** Caso não haja comparecimento do empregado no ato de assistência à rescisão contratual previamente comunicado e comprovado pela empresa, fornecerá o Sindicato Profissional, Certidão atestando a ausência, ficando a empresa isenta da multa estipulada nesta cláusula.
 - **TRABALHO EM FERIADOS:** O trabalho e a licença municipal para funcionamento em feriados para empregados das empresas no comércio varejista de gêneros alimentícios, atendido o disposto na Lei n.º 605/49 e em seu Decreto Regulamentador n.º 27.048/49, c/c o artigo 6º da Lei n.º 10.101/00, alterada pela Lei n.º 11.603/07, bem como a legislação municipal, dependerão da obtenção de **CERTIDÃO**, que deverá ser expedida em conjunto pelas entidades convenentes.







- **Parágrafo 1º -** As empresas deverão requerer **CERTIDÃO**, comprovando o integral cumprimento das cláusulas desta Convenção, em www.sincovaga.com.br CCT TRABALHO EM FERIADOS **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE REGISTRO**.
- Parágrafo 2º O SINCOVAGA se obriga a apresentar mensalmente relação de empresas que requereram e obtiveram a CERTIDÃO para aplicação da cláusula, e anuência obrigatória do sindicato laboral.
- **Parágrafo 3º** A **CERTIDÃO** que autorizará e tornará regular o trabalho dos empregados em feriados e será sem ônus para as empresas que quitarem as Contribuições Patronais e Laborais prevista nas cláusulas específicas dessa Convenção Coletiva de Trabalho.
- **Parágrafo** 4º Quando o feriado recair no domingo prevalece o convencionado para o trabalho no feriado, sem prejuízo do DSR.
- **Parágrafo 5º** A ausência da **CERTIDÃO** ou da verificação do cumprimento integral da CCT pelo sindicato laboral torna irregular o labor em feriados e implica na cominação à empresa de multa de R\$1.000,00 (um mil reais), exigível pelo sindicato laboral, sem prejuízo do previsto na Cláusula "**MULTA**".

REGRAS PARA O TRABALHO EM FERIADOS

- I Não é permitido o trabalho e o funcionamento das empresas, salvo para serviços indispensáveis de segurança e manutenção, nos feriados de 25 de dezembro (Natal), 1º de janeiro (Confraternização Universal) e 1º de Maio (dia do Trabalho).
- **II –** As empresas, em instrumento individual ou plúrimo, colherão, por escrito, a manifestação de vontade do empregado, assistido o menor por seu representante legal;
- **III –** Do referido instrumento deverão constar:
 - a. Os feriados a serem trabalhados;
 - b. A discriminação da jornada a ser desenvolvida em cada um.
- IV Pagamento do dia em dobro referente a cada feriado, sem prejuízo do DSR. Para os comissionistas puros o cálculo dessa remuneração correspondera ao valor de mais 1 (um) descanso semanal remunerado.
- **V** Para os empregados que durante o período de vigência desta Convenção se ativarem em feriados será pago, no final do feriado trabalhado ou no fechamento de sua folha de pagamento do respectivo mês, o valor de R\$81,00 (oitenta e um reais), à título indenizatório.
- **VI -** A concessão do DSR, gozado ou indenizado, não desobriga a empresa ao pagamento das horas em dobro trabalhadas nos feriados, não podendo o DSR ser computado para a dobra aqui prevista.
- **VII -** É proibida a inclusão de eventuais horas extraordinárias trabalhadas em feriados na compensação de horas autorizada pela cláusula "COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO".
- **VIII –** As despesas com transporte ida e volta deverão ser ressarcidas sem ônus ou desconto para o empregado;

IX - REFEIÇÃO EM FERIADOS

- **A –** As empresas deverão conceder indenização para alimentação, em dinheiro, no final do feriado trabalho ou no fechamento de sua folha de pagamento do mês, da seguinte forma:
- a.1 no valor de R\$ 29,00 (vinte e nove reais), por trabalhador ativado em jornada de trabalho de







até 4 horas;

- a.2 no valor de R\$54,00 (cinquenta e quatro reais), por trabalhador ativado em jornada superior a 4 horas.
- **X** O trabalho em feriados não será obrigatório para os empregados, cabendo aos mesmos a faculdade de opção.
- **XI** A concordância do empregado da sua inclusão na escala de trabalho no feriado, na hipótese de falta injustificada ensejará o direito da empresa ao desconto pela falta.
- **XII -** O disposto nesta cláusula não desobriga as empresas a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação à abertura de seu estabelecimento.
- XIII O descumprimento das regras fixadas nesta cláusula torna irregular o trabalho em feriados.
- **XIV-** O inadimplemento desta cláusula ou condições sujeitará a empresa ao pagamento da multa de 20% (vinte por cento) do Salário Profissional Normativo vigente, por trabalhador, em favor deste, independentemente da penalidade que for imposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- **54 FALTA DE REGISTRO EM CTPS** O não registro na CTPS do empregado de contrato de trabalho sujeita a empresa, enquanto durar o trabalho na informalidade, à multa diária de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais), revertida em favor do trabalhador.
- CLAUSULAS 56 a 58 APLICÁVEIS SOMENTE PARA EMPRESAS QUE CONTAVAM EM 1º DE OUTUBRO DE 2021 COM 350 (trezentos e cinquenta) OU MAIS EMPREGADOS EM SUA ORGANIZAÇÃO. (assim entendido como a totalidade de empregados em todas as lojas sob o mesmo CNPJ-raiz, e/ou nome fantasia sediadas no Estado de São Paulo.
- **55 FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO**: As empresas fornecerão refeição e/ou alimentação a custos subsidiados, podendo efetuar desconto do salário do funcionário, nos limites previstos no Programa de Alimentação do Trabalhador PAT.
- **56 ASSISTÊNCIA MÉDICA**: As empresas disponibilizarão na vigência da presente convenção Plano Médico a todos os seus empregados, totalmente gratuito, não descaracterizando a gratuidade, eventual participação pecuniária anuída pelo empregado em fator moderador, conforme regras estabelecidas pelo plano, assegurando e garantindo a idoneidade e comprometimento da empresa de Assistência Médica escolhida.
- **Parágrafo primeiro** As empresas que estendem o plano de assistência médica aos dependentes dos empregados ficam autorizadas a efetuar os descontos que digam respeito a esta extensão de benefício.
- **Parágrafo segundo** As determinações desta cláusula não afetam contratos de trabalho já estabelecidos com condições mais benéficas.
- **57 SEGURO DE VIDA**: As empresas manterão seguro de vida a todos os empregados, mediante custos subsidiados na proporção a ser negociada entre as partes.
- **58 REGRA DE APLICAÇÃO:** Considerando a complexidade e onerosidade da implantação em todas as lojas das empresas obrigadas ao cumprimento das disposições anteriores, desde que comprovada a implementação parcial e paulatina delas, presente a disposição e ânimo de atendimento, verificada e atestada por escrito pelos sindicatos convenentes, consideram-se satisfeitas, no período de vigência desta norma, as obrigações.
- **59 CONTROLE ALTERNATIVO ELETRÔNICO DE JORNADA DE TRABALHO:** Ficam as empresas autorizadas a adotarem sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de







trabalho, conforme previsão da Portaria 373 de 25 de fevereiro de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego.

- **Parágrafo 1º** A adoção de sistema eletrônico alternativo que melhor atenda o controle de jornada da empresa deve cumprir as exigências que se seguem:
- I estar disponível no local de trabalho;
- II permitir a identificação de empregador e empregado;
 - **III** possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro das marcações realizadas pelo empregado;
 - IV- comunicação pela empresa ao sindicato profissional.
 - Parágrafo 2º Ficam as empresas desobrigadas de utilizar mecanismo impressor em bobina de papel, integrado ao relógio de ponto.
 - **Parágrafo 3º** As empresas disponibilizarão para todos os seus empregados, mensalmente, cópia de seu registro de ponto.
 - **Parágrafo 4º** Os sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de trabalho não podem e não devem admitir:
 - I- restrições à marcação do ponto;
 - II marcação automática do ponto;
 - III exigência de autorização prévia para marcação de sobre jornada; e,
 - IV a alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.
 - **60 SINDICALIZAÇÃO:** As empresas da categoria econômica, quando houver solicitação firmada em conjunto pelas entidades convenentes, se obrigam ao agendamento de visitas às suas dependências, permitindo o contato com seus empregados objetivando sua sindicalização.
 - **61 CONDUTA ANTISSINDICAL:** Ficam vedadas todas e quaisquer ações que constituam interferência direta ou indireta no livre exercício do direito de opção do empregado de contribuir, participar ou filiar-se ao sindicato laboral. Na hipótese de constatação de práticas que possam caracterizar interferência, tais ações serão reportadas ao Ministério Público do Trabalho para as devidas medidas legais.
 - **62 FIXAÇÃO DE OUTRAS CONDIÇÕES**: Fica convencionado que, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ser negociadas e fixadas outras condições de natureza econômica e/ou sociais nela não previstas, sendo indispensável, para tanto, a assistência das representações sindicais de ambas as categorias.
 - **63 PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA, OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL:** Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia, ou revogação total ou parcial desta convenção, serão observadas as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - **64 DATA BASE** Fica mantido o dia 1º de outubro como data-base da categoria profissional, relativa à presente negociação.
 - **65– FORO COMPETENTE:** As dúvidas e controvérsias oriundas do descumprimento das cláusulas contidas na presente Convenção serão dirimidas pela Justiça Federal do Trabalho.
 - **66 VIGÊNCIA:** A presente Convenção terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de outubro de 2021 até 30 de setembro de 2022, prorrogável por igual período.

E por estarem de pleno acordo com as condições ajustadas, firmam as partes a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias de igual teor e forma para que, com o deposito no Órgão competente do Ministério do Trabalho, produza os efeitos legais e posteriormente sejam distribuídas entre as partes.







Registro, 17 de novembro de 2021.

Sindicato Dos Empregados no Comércio de Registro Rosemeire Lara dos Santos Novaes Presidente

Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo Luiz Carlos Motta Presidente

SINCOVAGA - Sind. Do Com.Var. De Gen.Alim. De Mercados Arm. Merc. Emp. Mercadinho, Quit.

Frut. Sac. Lat. Minimercados, Supermercados, Hipermercados Alvaro Luiz Bruzadin Furtado Presidente



23 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 18 de novembro de 2021, 15:57:45



CCT Sincovaga-Registro 2021-2022 revisada 3 pdf Código do documento 7e9d885a-88d2-4397-adcb-3d81954898e5



Assinaturas



Luiz Carlos Motta presidencia@fecomerciarios.org.br Assinou



Maria de Fátima Moreira Silva Rueda juridicocoletivo@fecomerciarios.org.br Assinou



Rosemeire Lara dos Santos Novaes rosemeire.larasantos@gmail.com Assinou



Fernanda Florêncio ferflorencio@uol.com.br Assinou



Afreiha

Rosemeire Lara dos Santos Novaes

Fernanda Florêncio

Eventos do documento

18 Nov 2021, 11:22:51

Documento 7e9d885a-88d2-4397-adcb-3d81954898e5 **criado** por MARIA DE FÁTIMA MOREIRA SILVA RUEDA (35fd6b39-2adb-466e-a90c-2fc7d95c884d). Email:juridicocoletivo@fecomerciarios.org.br. - DATE_ATOM: 2021-11-18T11:22:51-03:00

18 Nov 2021, 11:46:18

Assinaturas **iniciadas** por MARIA DE FÁTIMA MOREIRA SILVA RUEDA (35fd6b39-2adb-466e-a90c-2fc7d95c884d). Email: juridicocoletivo@fecomerciarios.org.br. - DATE_ATOM: 2021-11-18T11:46:18-03:00

18 Nov 2021, 11:57:07

ROSEMEIRE LARA DOS SANTOS NOVAES **Assinou** - Email: rosemeire.larasantos@gmail.com - IP: 170.83.0.184 (170-83-0-184-expand.tv.br porta: 28812) - Geolocalização: -24.4946205 -47.8526193 - Documento de identificação informado: 097.855.618-60 - DATE ATOM: 2021-11-18T11:57:07-03:00

18 Nov 2021, 12:37:51

FERNANDA FLORÊNCIO **Assinou** - Email: ferflorencio@uol.com.br - IP: 45.232.91.93 (45.232.91.93 porta: 35490) - Documento de identificação informado: 217.656.048-50 - DATE ATOM: 2021-11-18T12:37:50-03:00

18 Nov 2021, 12:43:34

LUIZ CARLOS MOTTA Assinou - Email: presidencia@fecomerciarios.org.br - IP: 201.64.111.34



23 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil **Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)** Certificado de assinaturas gerado em 18 de novembro de 2021, 15:57:45



(ns1.fecomerciarios.org.br porta: 52236) - Documento de identificação informado: 030.355.218-24 - DATE_ATOM: 2021-11-18T12:43:34-03:00

18 Nov 2021, 13:34:54

MARIA DE FÁTIMA MOREIRA SILVA RUEDA **Assinou** (35fd6b39-2adb-466e-a90c-2fc7d95c884d) - Email: juridicocoletivo@fecomerciarios.org.br - IP: 189.103.204.111 (bd67cc6f.virtua.com.br porta: 62964) - Geolocalização: -23.149628758089545 -46.93001993658424 - Documento de identificação informado: 084.421.378-07 - DATE ATOM: 2021-11-18T13:34:54-03:00

Hash do documento original

 $(SHA256): f084fb59fd68291144bd6d441ac365c94fc0d11cd75a7740d090bd6629301c03\\ (SHA512): aa0ee31b14d446765dc190558a4dc3ce41497fc31410b646aa2c7f75972e5c7bb6505dd21441172f9899934cf2ccca060472351f8b379c5621ca8dd239eda0d6$

Esse log pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign